

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

O Popular

TCE rejeita pedido de liminar para suspender leilão da CelgPar

.....

360 Fatos

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

A Folha do Médio Norte

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Cenário News

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Diário Digital MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Exclusivo News

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

Folha Max

Maluf debate eficiência na saúde do SUS

.....

Gazeta Mato Grosso

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Instituto Rui Barbosa

IRB Notícia | Debates sobre inovações e desafios na análise de folhas de pagamento encerra seminário nacional

.....

isso é! Notícia

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

JBNews

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
SES realiza oitava captação de órgãos em Mato Grosso de 2025
Seduc abre período de transferências dos alunos dos municípios para rede estadual nesta sexta-feira (3)
MT debate governança contábil em primeira reunião

Link Geral

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
MT debate governança contábil em primeira reunião

Local MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
MT debate governança contábil em primeira reunião

Mato Grosso Mais Notícias

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
MT debate governança contábil em primeira reunião

Momento MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

News RealTime

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
MT debate governança contábil em primeira reunião

Notícias 360

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília
Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

O Atual

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O Empallador

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O Médio Norte

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

Justiça Eleitoral participa da 7ª Expedição Araguaia-Xingu do Judiciário mato-grossense

TRE-MT realiza mutirão em escola de Novo Santo Antônio nos dias 06 e 07/10

O Popular

TCE rejeita pedido de liminar para suspender leilão da CelgPar

EDP arremata lote da CelgPar e amplia atuação em Goiás

CelgPar é leiloada por R$ 227 milhões

Panorama MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

MT debate governança contábil em primeira reunião

Passando a Limpo MT

STF define regras para altura mínima em cargos: exigência só vale se prevista em lei e alinhada ao Exército

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

SES realiza oitava captação de órgãos em Mato Grosso de 2025

MT debate governança contábil em primeira reunião

Ponto na Curva

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

Resumo da Semana

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

Resumo Digital

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

violeiros do araguaia

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Voz MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

A Folha News

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

CONEXAO MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

.....

O Estadão MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

Portal Mato Grosso

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

portal paranatinga

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

RDM Online

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

.....

TCE rejeita pedido de liminar para suspender leilão da CelgPar

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) rejeitou na terça-feira (30) pedido de liminar para suspender o leilão de participações acionárias da Companhia Celg de Participações (CelgPar), marcado para as 14 horas desta sexta-feira (3), na sede da B3, em São Paulo. A representação foi protocolada pelo deputado estadual Mauro Rubem (PT), sob argumento de que relatório técnico preliminar do TCE-GO havia apontado indícios de subavaliação dos ativos, como revelou o POPULAR na semana passada.

O conselheiro Celmar Rech. relator do processo de acompanhamento da venda da CelgPar, afirmou que a venda já vem sendo acompanhada pelo tribunal e que as providências adotadas até o momento são consideradas suficientes. Segundo o relator, a equipe técnica do TCE-GO ainda não concluiu os trabalhos, após esclarecímentos apresentados pelo governo goiano, nem apresentou "qualquer proposta de medida de urgência, o que fragiliza o argumento de perigo da demora" requisito para concessão de liminar.

Celmar Rech também alegou que a representação do parlamentar foi "fundamentada em matérias jornalísticas que exploram fatos alheios às questões técnicas da alienação, não havendo (na peça) elementos que possam indicar a efetiva existência dos alegados indícios de irregularidade".

No processo próprio de acompanhamento do tribunal, não houve registro de movimentação desde o dia 19 de setembro, quando a Secretaria-Geral de Governo e a CelgPar apresentaram defesa sobre a recomendação de revisão dos preços dos ativos. A reportagem apurou que representantes do TCE-GO e do governo tiveram reuniões na quarta e quinta-feira. Na primeira, houve pedido por parte do tribunal de documentos complementares. Na segunda, procuradores do Estado e da companhia buscavam garantir que não haverá medida cautelar que impeça o leilão desta sexta.

Comitiva de 24 pessoas da gestão estadual vai a São Paulo, incluindo o governador Ronaldo Caiado (UB), o vice-governador Daniel Vilela (MDB), quatro secretários e dois diretores da CelgPar.

Como mostrou o POPUIAR, o relatório parcial de auditoria, assinado por cinco técnicos, aponta subavaliação que varia de R$ 44 milhões a R$ 198,9 milhões, a depender da metodologia de cálculo. Os ativos da companhia, divididos em quatro lotes, têm lance mínimo de R$ 194 milhões, enquanto o relatório do TCE-GO avalia que os preços deveriam ser de pelo menos RS 238,3 milhões, podendo chegar a R$392 milhões.

As divergências sobre a suspensão do leilão, após o relatório do TCE-CX), geraram crise entre a direção da companhia e o governo estadual, culminando com a exoneração de dois integrantes da cúpula da empresa: Fernando Navarrete

da presidência e Anita Belchior da Diretoria de Gestão Corporativa.

O relatório do tribunal foi encaminhado ao governo em 11 de setembro, com pedidos de esclarecimentos e recomendação de "revisão criteriosa dos valores atribuídos aos lotes, considerando as premissas mais vantajosas ao Tesouro Estadual, a fim de assegurar uma venda mais favorável ao Estado, sem comprometer a razoabilidade das valores e a competitividade/atratividade".

O governo apresentou respostas em audiência no tribunal e em oficio, nos dias 18 e 19. Desde então, não houve registro de andamento do processo, que corre em sigilo no TCE-GO.

No fim da tarde de quinta, o gabinete de Olmar Rech informou que a equipe técnica ainda estava analisando os esclarecimentos apresentados pela SGG e CelgPar sobre a metodologia de avaliação dos ativos e que não havia proposto qualquer medida de intervenção do tribunal. Sem solicitação de medidas, o gabinete informou que a equipe "seguirá com o regular acompanhamento do processo, que envolve outros aspectos de conformidade e ainda se encontra em fase de instrução inicial".

Além da representação no TCE-GO, Mauro Rubem e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Stiueg) protocolaram ação popular no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) e representação no Ministério Público de Goiás (MP-GO) contra o leilão. Até o fechamento da edição. a Justiça não havia apresentado decisão sobre o pedido de liminar. A Procuradoria-Geral do Estado se manifestou na ação, buscando impedir a suspensão.

A CelgPar venderá duas empresas de transmissão, da qual é a única proprietária, e a participação em outras duas empresas de geração e uma de transmissão, totalizando cinco ativos. Os lotes incluem 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais da Energética Corumbá III; 100% das empresas Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão; 49% das ações da Pantanal Transmissão; e 20% das ações da Energética Fazenda Velha.

O titular da SGG, Adriano da Rocha Lima, que assumirá o comando da CelgPar nesta sexta-feira, defendeu a metodologia utilizada para a avaliação e diz que há equívocos no relatório parcial do TCE-GO. Ele afirma que foram apresentados ao tribunal todos os detalhes técnicos e especificidades do edital do leilão.

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

TCE MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

TCE MT

|O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

TCE MT

Porto Alegre do Norte e Campinápolis apresentam superávit financeiro e contas recebem parecer favorável do TCE-MT

|Crédito: Diego Castro/MPC-MT

|Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Plantio da safra 2025/26 de soja começa em Dourados (MS) e já atinge 3% da área

Trigo no Sul do Brasil: Oferta elevada pressiona preços e mercado segue cauteloso

No Balanço Ético Global, lideranças espirituais discutem contribuições da fé para enfrentar mudança do clima

MBRF finaliza aquisição de 50% da Gelprime por R$ 312,5 milhões

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

CUIABÁ

Prefeitura de Cuiabá entrega mais de 100 títulos de propriedade neste sábado

A Prefeitura de Cuiabá, por meio da Secretaria Municipal de Habitação, realiza neste sábado (4), a partir das 9h, na...

Portaria estipula regras para o novo alvará autodeclaratório e melhora construção civil

A Prefeitura de Cuiabá publicou na quinta-feira (2) a Portaria nº 56/2025, que institui o procedimento do alvará autodeclaratório para...

Vereadora Paula homenageia representantes do segmento farmacêutico em Cuiabá

Nathany Gomes - Assessoria vereadora Paula Calil A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, vereadora Paula Calil (PL), concedeu, na...

VÁRZEA GRANDE

Várzea Grande reforça vacinação após novo caso suspeito de sarampo

Município segue com um caso sob investigação: trata-se de uma criança de 9 anos que apresentou febre, manchas avermelhadas na...

Curso de agroecologia estimula filhos de agricultores familiares às práticas sustentáveis

Na prática, alunos produziram a calda bordalesa, uma alternativa natural ao controle de pragas e doenças nas lavouras. Objetivo é...

Várzea Grande participa de comissão que regulamenta ruído do aeroporto

As reuniões CGRA têm como foco analisar estatísticas de reclamações, mapear pontos de maior incômodo, acompanhar o Plano Específico de...

MATO GROSSO

SES realiza oitava captação de órgãos em Mato Grosso de 2025

A Central Estadual de Transplantes (CET), unidade administrada pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), realizou, na...

Operação Lei Seca prende oito motoristas por embriaguez e remove 48 veículos em Cuiabá

A 71ª edição da Operação Lei Seca resultou na prisão de oito motoristas por embriaguez ao volante na noite desta...

Corpo de Bombeiros aplica multa de R$ 80 milhões por incêndio criminoso no Parque Estadual da Serra Azul

O Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso (CBMMT) aplicou uma multa administrativa de R$ 80 milhões ao proprietário de...

POLÍCIA

Polícia Civil apreende carregamento de quase 2 mil tabletes de maconha em Cuiabá

Aproximadamente dois mil tabletes de maconha foram apreendidos pela Polícia Civil, na noite de quinta-feira (2.10), em Cuiabá, em ação...

Força Tática prende homem por receptação e recupera veículo roubado

Policiais militares da Força Tática prenderam um homem, de 18 anos, por receptação e adulteração de sinal identificador de veículo,...

Polícia Civil prende receptador e recupera bicicleta avaliada em aproximadamente R$ 5 mil

Um homem de 40 anos foi preso, em flagrante, pela Polícia Civil pelo crime de receptação qualificada. A ação policial...

MAIS LIDAS DA SEMANA

-

VÁRZEA GRANDE6 dias atrás

Educação cumpre meta e entrega 100% dos kits de uniformes nas escolas da rede municipal

-

TCE MT7 dias atrás

NOTA DE PESAR

-

TRE7 dias atrás

Zona Eleitoral inicia série de mutirões em Confresa e distritos para cadastro biométrico

-

VÁRZEA GRANDE7 dias atrás

Ação preventiva leva exames e orientação sobre micose endêmica às comunidades rurais

-

BRASIL6 dias atrás

Dia do Turismólogo: saiba um pouco mais de uma das profissões mais importantes ao crescimento do turismo brasileiro

-

Tribunal de Justiça de MT7 dias atrás

Inscrições abertas: Seminário de Polícia Militar será realizado dia 13

-

VÁRZEA GRANDE6 dias atrás

Portaria regulamenta atendimento ao contribuinte várzea-grandense

-

VÁRZEA GRANDE5 dias atrás

Várzea Grande avança com revitalização urbana a partir de compensação de empresa privada

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde do SUS

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

IRB Notícia | Debates sobre inovações e desafios na análise de folhas de pagamento encerra seminário nacional

O segundo e último dia do Seminário Boas Práticas de Fiscalização na Área de Pessoal, realizado nessa quinta-feira (2/10), foi marcado por apresentações que evidenciaram experiências práticas, metodologias inovadoras e desafios enfrentados pelos Tribunais de Contas na análise de folhas de pagamento e benefícios previdenciários. O evento, realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES), em parceria com o Instituto Rui Barbosa (IRB), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Rede Integrar, o Tribunal de Contas do Distrito Federal (TC-DF) e o Tribunal de Contas da União (TCU), reuniu auditores e técnicos de todo o país.

Ferramentas e observatórios de acompanhamento

A manhã começou com a apresentação dos Auditores de Controle Externo, Daniel Santes e Gustavo Mendes, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), que destacaram a importância dos procedimentos operacionais para acompanhamento contínuo, fundamentais para orientar novos auditores na área. A dupla também apresentou o "Observatório da Folha de Pagamento", desenvolvido em plataforma de Business Intelligence, e o sistema de avisos e trilhas, que alerta para situações como duplicidade de auxílios-alimentação, servidores com dupla jornada ou em atividade após os 75 anos.

Na sequência, Helton de Souza, do TCU, tratou da fiscalização de benefícios previdenciários com base na EC nº 103/2019. Ele destacou a necessidade de estruturar dados para identificar acumulações ilícitas de pensões, trabalho que resultou em 5,4 mil indícios de irregularidades. Já Eduardo Gil, servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), apresentou o "Sistema de Indícios de Irregularidades", que permitiu solucionar mais de 600 problemas em folhas de pagamento sem abertura de processo formal, gerando impacto de aproximadamente R$ 5 milhões.

O Auditor de Controle Externo, César Schneider, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), compartilhou experiências da análise de riscos em folhas de pagamento, destacando inconsistências como contas bancárias associadas a múltiplos servidores e divergências de valores. Ele anunciou ainda tratativas de cooperação técnica com bancos para acesso a informações financeiras, ampliando a precisão das análises. Encerrando o período matutino, Diego Hulse, do TCU, apresentou Auditoria que cruzou dados do "SIM" e do "Sirc", revelando divergências de 344 mil registros de óbitos não informados, com impacto financeiro de R$ 4,4 bilhões em pagamentos indevidos ao longo de nove anos.

ESG, automação e comunicação de indícios

A programação da tarde contou com cinco apresentações. O Auditor Federal de Controle Externo, Cláudio Cruz, do TCU, relacionou a gestão de pessoas ao contexto ESG - Environmental, Social and Governance -, destacando a importância do planejamento estratégico e de mecanismos de governança que fortaleçam a sustentabilidade administrativa. Em seguida, Ana Paula Machado Costa, servidora do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE-SC), apresentou a experiência de automação dos atos de aposentadoria, pensão, reforma e reserva, que já reduziu significativamente o estoque processual do Tribunal.

De forma remota, Cláudia Miúra, do TCE-SP, apresentou fiscalização sobre descontos nos pagamentos de beneficiários dos RPPS, que identificou inconsistências somando quase R$ 220 milhões, muitas delas associadas à falta de gestão e controle por parte dos institutos. Na sequência, os Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), Thaisse Craveiro e Lucas Duarte, mostraram como a comunicação preventiva com gestores possibilitou a correção célere de irregularidades em folhas de pagamento, com destaque para pagamentos acima do teto, a servidores falecidos ou em atividade após os 75 anos.

Encerrando a programação, Victor Alves, do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), refletiu sobre os avanços e desafios na fiscalização de pessoal ao longo da última década. Ele ressaltou a relevância do trabalho colaborativo entre os Tribunais e convidou os participantes para a próxima edição do Seminário, que será sediada pelo TCE-RN.

*Fotos e informações: TCE-ES.

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

NOTÍCIAS QUENTES - Acesse o grupo do Isso É Notícia no WhatsApp e tenha notícias em tempo real (CLIQUE AQUI)

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

SES realiza oitava captação de órgãos em Mato Grosso de 2025

A Central Estadual de Transplantes (CET), unidade administrada pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), realizou, na tarde desta quinta-feira (2.10), a captação de um fígado no Hospital Estadual Santa Casa, em Cuiabá.

O procedimento começou às 12h18 e terminou às 14h56. As equipes captadoras vieram de Brasília (DF) e contaram com o suporte do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e das equipes da CET.

Esse foi a oitava captação de múltiplos órgãos de 2025 em Mato Grosso. Ao longo de 2024, foram realizadas 13 captações de múltiplos órgãos em Mato Grosso, sendo 22 rins, 10 fígados e 4 corações.

"A captação e o transplante de órgãos são serviços que demonstram a grandeza do Sistema Único de Saúde (SUS). Parabenizo o nobre gesto da família que aceitou doar esse órgão mesmo em um momento de dor. Essa é a chance de vida para alguém que precisa", disse o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo.

A secretária adjunta do Complexo Regulador, Fabiana Bardi, explicou que a gestão estadual trabalha junto às unidades captadoras para conscientizar os profissionais e as famílias dos possíveis doadores de órgãos.

"O Governo de Mato Grosso envida muitos esforços para preparar e conscientizar os profissionais sobre o processo de captação de órgãos, porque é necessário que todos sejam sensíveis na abordagem das famílias. Além disso, a SES retomou o transplante de rim no estado, o que é muito positivo para a população", avaliou.

A coordenadora da Central Estadual de Transplantes, Anita Ricarda da Silva, também enfatizou que o Estado investe em capacitações voltadas para os profissionais de unidades notificadoras.

"No ano de 2024, foram realizadas junto aos hospitais notificadores de Mato Grosso dez turmas. Neste ano de 2025, realizamos diversas capacitações durante o mês do Setembro Verde, voltado para a conscientização sobre o transplante de órgãos", afirmou.

Fonte: Governo MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Seduc abre período de transferências dos alunos dos municípios para rede estadual nesta sexta-feira (3)

Começa nesta sexta-feira (3.10) o processo de redimensionamento da rede estadual de ensino de Mato Grosso, destinado a estudantes oriundos de escolas municipais que serão transferidos para unidades da rede estadual. O prazo para efetivar a matrícula segue até 10 de outubro e deve ser feito presencialmente na escola indicada.

Pais ou responsáveis precisam comparecer pessoalmente à unidade escolar para assinar a ficha de matrícula e entregar a documentação exigida.

Segundo o secretário de Educação, Alan Porto, é importante que os pais fiquem atentos aos prazos. Conforme ele, o redimensionamento é uma etapa estratégica para garantir organização e qualidade no atendimento.

"Estamos ampliando a rede estadual para receber alunos da rede municipal, sempre com foco em assegurar infraestrutura adequada, professores qualificados e continuidade do aprendizado", destacou,.

O coordenador de Gestão da Rede, Davi Menezes, também reforçou que a participação da família é fundamental para evitar problemas futuros.

"É fundamental que pais e responsáveis entreguem toda a documentação exigida conforme a Portaria 755/2025, pois a ausência ou incompletude dos documentos pode dificultar ou inviabilizar o processo de matrícula. Solicitamos atenção especial aos prazos e orientações para garantir a efetivação da matrícula", disse.

Entre os documentos obrigatórios estão histórico escolar ou atestado de transferência, RG e CPF do estudante e dos pais ou responsáveis legais, certidão de nascimento ou casamento, comprovante de endereço atualizado, tipo sanguíneo e fator Rh, cartão de vacinação e atestado oftalmológico (para o Ensino Fundamental).

No caso da Educação especial, será preciso apresentar termo de guarda, quando aplicável, e termo de consentimento para tratamento de dados pessoais.

Além do redimensionamento, nesta semana também teve início o período de rematrícula automática para estudantes que já fazem parte da rede estadual, que será encerrado nesta sexta-feira (3.10).

Já para novos estudantes, a fase atualização de cadastro do usuário no portal de matrícula web será do dia 13 de outubro a 7 de novembro, de forma online, pelo portal Matrícula Web.

A Fase de Solicitação de Matrícula para estudantes alvo da educação especial (PAEDE) ocorrerá no período de 23 de outubro à 07 de novembro;

A Fase de Solicitação de Matrícula nas escolas do município de Cuiabá ocorrerá no período de 27 de outubro à 07 de novembro;

A Fase de Solicitação de Matrícula nas escolas dos demais municípios ocorrerá no período de 29 de outubro à 07 de novembro.

Fonte: Governo MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral em Mato Grosso serão levados ao eleitorado durante a realização da 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu, cuja primeira fase começa nesta sexta-feira (3) e prosseguirá até o dia 10 de outubro. Cartórios de três Zonas Eleitorais estarão envolvidos nesta e na próxima fase, marcada para novembro. São eles: 15ª (São Félix do Araguaia), 28ª (Porto Alegre do Norte) e 53ª (Querência). Apenas a 26ª (Nova Xavantina) não participará, pois já realizou atendimentos nas localidades de sua competência no mês de agosto.

Idealizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e executada pela Coordenadoria da Justiça Comunitária, a Expedição Araguaia-Xingu é um dos projetos mais expressivos do Poder Judiciário estadual. A iniciativa leva serviços essenciais às comunidades mais distantes do estado, promovendo inclusão social, saúde, cidadania, cultura, conscientização ambiental e acesso à Justiça. Nesta primeira fase da 7ª edição, o projeto contemplará o distrito de São José do Couto, em Campinápolis (a 500 km de Cuiabá), e Bom Jesus do Araguaia (a 800 km da Capital).

"É uma oportunidade de atendimento conjunto aos eleitores das mencionadas regiões, com indiscutível proveito pela Justiça Eleitoral, um relevante mutirão da cidadania. É louvável a iniciativa do TJMT em oferecer serviços variados que elevam as condições de cidadania a todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, em particular aquelas pertencentes a comunidades situadas em regiões distantes ou que tenham dificuldade de acesso a centros urbanos mais estruturados", enalteceu a desembargadora Serly Marcondes Alves, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

A ação é desenvolvida em parceria com diversas instituições, como Justiça Federal, Ministério Público Estadual e Federal, Secretarias do Governo do Estado e gestões municipais, entre outros órgãos. Essa articulação transforma a expedição em um modelo de atuação que pode ser replicado em outras regiões. Nas seis edições anteriores, o projeto já realizou mais de 210 mil atendimentos, consolidando-se como um importante instrumento de aproximação do Judiciário com a sociedade.

Após a primeira fase, em outubro, a segunda etapa da expedição ocorrerá de 3 a 14 de novembro, contemplando as localidades de Jacaré Valente e Veranópolis, em Confresa, e o distrito de Espigão do Leste, em São Félix do Araguaia.

A participação da Justiça Eleitoral na 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu é uma forma de levar serviços ao eleitor e à eleitora, especialmente nesta fase em que o Tribunal Regional Eleitoral atua na ampliação do cadastramento biométrico no Estado, por meio da campanha Biometria 100%. A iniciativa, coordenada pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT), busca estimular o cadastramento biométrico de eleitores ainda este ano, alcançando, no mínimo, 98%.

Além de poder fazer a coleta biométrica, o eleitor ou eleitora terá acesso a serviços como alistamento (primeiro título), revisão, transferência, mudança de domicílio, emissão de segunda via do título de eleitor e guia de recolhimento para

pagamento de multas. Os cartórios eleitorais levarão toda a estrutura necessária ao cadastramento biométrico. Para ser atendido, basta levar documento oficial com foto e comprovante de endereço atualizado, que podem ser apresentados em versão física ou digital. No mutirão, o eleitor ou a eleitora já sai com o título em mãos e recebe orientação para baixar o título digital (com foto) por meio do aplicativo e-Título.

Jornalista Anderson Pinho

#PraTodosVerem - A imagem mostra um pôr do sol sobre um rio cercado por vegetação, com o logotipo colorido da "Expedição Araguaia-Xingu" em destaque ao centro. Abaixo do símbolo, aparece a inscrição "2025 - VII Edição", indicando a realização da sétima edição do evento neste ano.

Fonte: TRE - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra.

Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Justiça Eleitoral participa da 7ª Expedição Araguaia-Xingu do Judiciário mato-grossense

Os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral em Mato Grosso serão levados ao eleitorado durante a realização da 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu, cuja primeira fase começa nesta sexta-feira (3) e prosseguirá até o dia 10 de outubro. Cartórios de três Zonas Eleitorais estarão envolvidos nesta e na próxima fase, marcada para novembro. São eles: 15ª (São Félix do Araguaia), 28ª (Porto Alegre do Norte) e 53ª (Querência). Apenas a 26ª (Nova Xavantina) não participará, pois já realizou atendimentos nas localidades de sua competência no mês de agosto.

Idealizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e executada pela Coordenadoria da Justiça Comunitária, a Expedição Araguaia-Xingu é um dos projetos mais expressivos do Poder Judiciário estadual. A iniciativa leva serviços essenciais às comunidades mais distantes do estado, promovendo inclusão social, saúde, cidadania, cultura, conscientização ambiental e acesso à Justiça. Nesta primeira fase da 7ª edição, o projeto contemplará o distrito de São José do Couto, em Campinápolis (a 500 km de Cuiabá), e Bom Jesus do Araguaia (a 800 km da Capital).

"É uma oportunidade de atendimento conjunto aos eleitores das mencionadas regiões, com indiscutível proveito pela Justiça Eleitoral, um relevante mutirão da cidadania. É louvável a iniciativa do TJMT em oferecer serviços variados que elevam as condições de cidadania a todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, em particular aquelas pertencentes a comunidades situadas em regiões distantes ou que tenham dificuldade de acesso a centros urbanos mais estruturados", enalteceu a desembargadora Serly Marcondes Alves, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

A ação é desenvolvida em parceria com diversas instituições, como Justiça Federal, Ministério Público Estadual e Federal, Secretarias do Governo do Estado e gestões municipais, entre outros órgãos. Essa articulação transforma a expedição em um modelo de atuação que pode ser replicado em outras regiões. Nas seis edições anteriores, o projeto já realizou mais de 210 mil atendimentos, consolidando-se como um importante instrumento de aproximação do Judiciário com a sociedade.

Após a primeira fase, em outubro, a segunda etapa da expedição ocorrerá de 3 a 14 de novembro, contemplando as localidades de Jacaré Valente e Veranópolis, em Confresa, e o distrito de Espigão do Leste, em São Félix do Araguaia.

A participação da Justiça Eleitoral na 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu é uma forma de levar serviços ao eleitor e à eleitora, especialmente nesta fase em que o Tribunal Regional Eleitoral atua na ampliação do cadastramento biométrico no Estado, por meio da campanha Biometria 100%. A iniciativa, coordenada pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT), busca estimular o cadastramento biométrico de eleitores ainda este ano, alcançando, no mínimo, 98%.

Além de poder fazer a coleta biométrica, o eleitor ou eleitora terá acesso a serviços como alistamento (primeiro título), revisão, transferência, mudança de domicílio, emissão de segunda via do título de eleitor e guia de recolhimento para pagamento de multas. Os cartórios eleitorais levarão toda a estrutura necessária ao cadastramento biométrico. Para ser atendido, basta levar documento oficial com foto e comprovante de endereço atualizado, que podem ser apresentados em versão física ou digital. No mutirão, o eleitor ou a eleitora já sai com o título em mãos e recebe orientação para baixar o título digital (com foto) por meio do aplicativo e-Título.

Jornalista Anderson Pinho

#PraTodosVerem - A imagem mostra um pôr do sol sobre um rio cercado por vegetação, com o logotipo colorido da "Expedição Araguaia-Xingu" em destaque ao centro. Abaixo do símbolo, aparece a inscrição "2025 - VII Edição", indicando a realização da sétima edição do evento neste ano.

Fonte: TRE - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra.

Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

TRE-MT realiza mutirão em escola de Novo Santo Antônio nos dias 06 e 07/10

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) realizará, nos dias 06 e 07 de outubro, um mutirão de atendimento destinado a estudantes e profissionais que atuam na Escola Estadual 29 de Setembro, localizada no município de Novo Santo Antônio (937 km de Cuiabá). A ação ocorrerá na própria unidade escolar, situada na Avenida Santo Antônio, nº 68, Centro, no período noturno, das 19h às 22h.

O objetivo é facilitar o acesso da comunidade escolar aos serviços da Justiça Eleitoral. Atualmente, estudam na unidade 64 jovens, que cursam o Ensino Médio regular. São estudantes que têm entre 15 e 17 anos de idade. Pessoas que completarem 16 anos até maio do próximo ano podem realizar o alistamento eleitoral e exercer o direito ao voto.

Durante o mutirão, serão oferecidos os seguintes atendimentos: alistamento eleitoral (primeira via do título de eleitor); revisão de dados cadastrais; transferência de domicílio eleitoral; expedição de segunda via do título; emissão de certidões e guias para pagamento de multas eleitorais; consulta da situação eleitoral e coleta biométrica.

De acordo com o edital assinado pelo juiz eleitoral em substituição da 15ª Zona Eleitoral, Caio Almeida Neves Martins, a medida segue as determinações do Provimento nº 5/2021/CRE-MT e busca garantir que alunos e servidores da instituição tenham acesso aos serviços da Justiça Eleitoral de forma prática e organizada.

A partir dos 16 anos, o jovem já pode votar. Embora o voto seja facultativo até os 18 anos, o exercício estimula a participação ativa na democracia. Para usufruir da maioria dos serviços eleitorais, é preciso levar o documento oficial com foto. Para realizar o primeiro título, transferência e regularização, também é necessário apresentar o comprovante de residência atualizado. Em caso de alistamento eleitoral, homens maiores de 18 anos também devem mostrar o comprovante de quitação militar.

Jornalista: Nara Assis

#PraTodosVerem: A imagem mostra um grupo de jovens em uma sala. Em destaque, duas garotas interagem com uma urna eletrônica: uma delas está apertando os botões enquanto a outra observa atenta. Ao fundo, outros jovens acompanham a atividade, que é uma demonstração sobre o processo de votação.

Fonte: TRE - MT

Os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral em Mato Grosso serão levados ao eleitorado durante a realização da 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu, cuja primeira fase começa nesta sexta-feira (3) e prosseguirá até o dia 10 de

outubro. Cartórios de três Zonas Eleitorais estarão envolvidos nesta e na próxima fase, marcada para novembro. São eles: 15ª (São Félix do Araguaia), 28ª (Porto Alegre do Norte) e 53ª (Querência). Apenas a 26ª (Nova Xavantina) não participará, pois já realizou atendimentos nas localidades de sua competência no mês de agosto.

Idealizada pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) e executada pela Coordenadoria da Justiça Comunitária, a Expedição Araguaia-Xingu é um dos projetos mais expressivos do Poder Judiciário estadual. A iniciativa leva serviços essenciais às comunidades mais distantes do estado, promovendo inclusão social, saúde, cidadania, cultura, conscientização ambiental e acesso à Justiça. Nesta primeira fase da 7ª edição, o projeto contemplará o distrito de São José do Couto, em Campinápolis (a 500 km de Cuiabá), e Bom Jesus do Araguaia (a 800 km da Capital).

"É uma oportunidade de atendimento conjunto aos eleitores das mencionadas regiões, com indiscutível proveito pela Justiça Eleitoral, um relevante mutirão da cidadania. É louvável a iniciativa do TJMT em oferecer serviços variados que elevam as condições de cidadania a todas as pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade, em particular aquelas pertencentes a comunidades situadas em regiões distantes ou que tenham dificuldade de acesso a centros urbanos mais estruturados", enalteceu a desembargadora Serly Marcondes Alves, presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT).

A ação é desenvolvida em parceria com diversas instituições, como Justiça Federal, Ministério Público Estadual e Federal, Secretarias do Governo do Estado e gestões municipais, entre outros órgãos. Essa articulação transforma a expedição em um modelo de atuação que pode ser replicado em outras regiões. Nas seis edições anteriores, o projeto já realizou mais de 210 mil atendimentos, consolidando-se como um importante instrumento de aproximação do Judiciário com a sociedade.

Após a primeira fase, em outubro, a segunda etapa da expedição ocorrerá de 3 a 14 de novembro, contemplando as localidades de Jacaré Valente e Veranópolis, em Confresa, e o distrito de Espigão do Leste, em São Félix do Araguaia.

A participação da Justiça Eleitoral na 7ª edição da Expedição Araguaia-Xingu é uma forma de levar serviços ao eleitor e à eleitora, especialmente nesta fase em que o Tribunal Regional Eleitoral atua na ampliação do cadastramento biométrico no Estado, por meio da campanha Biometria 100%. A iniciativa, coordenada pela Corregedoria Regional Eleitoral de Mato Grosso (CRE-MT), busca estimular o cadastramento biométrico de eleitores ainda este ano, alcançando, no mínimo, 98%.

Além de poder fazer a coleta biométrica, o eleitor ou eleitora terá acesso a serviços como alistamento (primeiro título), revisão, transferência, mudança de domicílio, emissão de segunda via do título de eleitor e guia de recolhimento para pagamento de multas. Os cartórios eleitorais levarão toda a estrutura necessária ao cadastramento biométrico. Para ser atendido, basta levar documento oficial com foto e comprovante de endereço atualizado, que podem ser apresentados em versão física ou digital. No mutirão, o eleitor ou a eleitora já sai com o título em mãos e recebe orientação para baixar o título digital (com foto) por meio do aplicativo e-Título.

Jornalista Anderson Pinho

#PraTodosVerem - A imagem mostra um pôr do sol sobre um rio cercado por vegetação, com o logotipo colorido da "Expedição Araguaia-Xingu" em destaque ao centro. Abaixo do símbolo, aparece a inscrição "2025 - VII Edição", indicando a realização da sétima edição do evento neste ano.

Fonte: TRE - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

TCE rejeita pedido de liminar para suspender leilão da CelgPar

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) rejeitou na terça-feira (30) pedido de liminar para suspender o leilão de participações acionárias da Companhia Celg de Participações (CelgPar), marcado para as 14 horas desta sexta-feira (3), na sede da B3, em São Paulo. A representação foi protocolada pelo deputado estadual Mauro Rubem (PT), sob argumento de que relatório técnico preliminar do TCE-GO havia apontado indícios de subavaliação dos ativos, como revelou o POPULAR na semana passada.

O conselheiro Celmar Rech, relator do processo de acompanhamento da venda da CelgPar, afirmou que a venda já vem sendo acompanhada pelo tribunal e que as providências adotadas até o momento são consideradas suficientes. Segundo o relator, a equipe técnica do TCE-GO ainda não concluiu os trabalhos, após esclarecimentos apresentados pelo governo goiano, nem apresentou "qualquer proposta de medida de urgência, o que fragiliza o argumento de perigo da demora" - requisito para concessão de liminar.

Celmar Rech também alegou que a representação do parlamentar foi "fundamentada em matérias jornalísticas que exploram fatos alheios às questões técnicas da alienação, não havendo (na peça) elementos que possam indicar a efetiva existência dos alegados indícios de irregularidade".

No processo próprio de acompanhamento do tribunal, não houve registro de movimentação desde o dia 19 de setembro, quando a Secretaria-Geral de Governo e a CelgPar apresentaram defesa sobre a recomendação de revisão dos preços dos ativos. A reportagem apurou que representantes do TCE-GO e do governo tiveram reuniões na quarta e quinta-feira. Na primeira, houve pedido por parte do tribunal de documentos complementares. Na segunda, procuradores do Estado e da companhia buscavam garantir que não haverá medida cautelar que impeça o leilão desta sexta.

Comitiva de 24 pessoas da gestão estadual vai a São Paulo, incluindo o governador Ronaldo Caiado (UB), o vice-governador Daniel Vilela (MDB), quatro secretários e dois diretores da CelgPar.

Como mostrou o POPULAR, o relatório parcial de auditoria, assinado por cinco técnicos, aponta subavaliação que varia de R$ 44 milhões a R$ 198,9 milhões, a depender da metodologia de cálculo. Os ativos da companhia, divididos em quatro lotes, têm lance mínimo de R$ 194 milhões, enquanto o relatório do TCE-GO avalia que os preços deveriam ser de pelo menos R$ 238,3 milhões, podendo chegar a R$ 392 milhões.

As divergências sobre a suspensão do leilão, após o relatório do TCE-GO, geraram crise entre a direção da companhia e o governo estadual, culminando com a exoneração de dois integrantes da cúpula da empresa: Fernando Navarrete

da presidência e Anita Belchior da Diretoria de Gestão Corporativa.

O relatório do tribunal foi encaminhado ao governo em 11 de setembro, com pedidos de esclarecimentos e recomendação de "revisão criteriosa dos valores atribuídos aos lotes, considerando as premissas mais vantajosas ao Tesouro Estadual, a fim de assegurar uma venda mais favorável ao Estado, sem comprometer a razoabilidade dos valores e a competitividade/atratividade".

O governo apresentou respostas em audiência no tribunal e em ofício, nos dias 18 e 19. Desde então, não houve registro de andamento do processo, que corre em sigilo no TCE-GO.

No fim da tarde de quinta, o gabinete de Celmar Rech informou que a equipe técnica ainda estava analisando os esclarecimentos apresentados pela SGG e CelgPar sobre a metodologia de avaliação dos ativos e que não havia proposto qualquer medida de intervenção do tribunal. Sem solicitação de medidas, o gabinete informou que a equipe "seguirá com o regular acompanhamento do processo, que envolve outros aspectos de conformidade e ainda se encontra em fase de instrução inicial".

Além da representação no TCE-GO, Mauro Rubem e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás (Stiueg) protocolaram ação popular no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO) e representação no Ministério Público de Goiás (MP-GO) contra o leilão. Até o fechamento da edição, a Justiça não havia apresentado decisão sobre o pedido de liminar. A Procuradoria-Geral do Estado se manifestou na ação, buscando impedir a suspensão.

A CelgPar venderá duas empresas de transmissão, da qual é a única proprietária, e a participação em outras duas empresas de geração e uma de transmissão, totalizando cinco ativos. Os lotes incluem 25% das ações ordinárias e 50% das ações preferenciais da Energética Corumbá III; 100% das empresas Firminópolis Transmissão e Lago Azul Transmissão; 49% das ações da Pantanal Transmissão; e 20% das ações da Energética Fazenda Velha.

O titular da SGG, Adriano da Rocha Lima, que assumirá o comando da CelgPar nesta sexta-feira, defendeu a metodologia utilizada para a avaliação e diz que há equívocos no relatório parcial do TCE-GO. Ele afirma que foram apresentados ao tribunal todos os detalhes técnicos e especificidades do edital do leilão.

EDP arremata lote da CelgPar e amplia atuação em Goiás

A empresa EDP Goiás arrematou, nesta sexta-feira (3), o Lote A da Celg Participações (CelgPar) por R$ 83,6 milhões, em leilão realizado na B3, em São Paulo. A EDP já atua no estado desde 2022, quando adquiriu a Celg T por R$ 2,1 bilhões. A negociação ocorreu mesmo em meio aos indícios de subavaliação apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO). No total, o leilão arrecadou R$ 227,3 milhões para o Governo de Goiás, valor 16,8% maior ao preço mínimo estimado, que era de R$ 194,6 milhões.\nO lote agora adquirido EPD inclui 100% das ações da Firminópolis Transmissão e da Lago Azul Transmissão, que juntas somam 152 quilômetros de linhas de energia em Goiás. Para o período de 2025/2026, a Receita Anual Permitida (RAP) homologada é de R$ 17,1 milhões.\nA estrutura da Lago Azul é formada por 69 quilômetros de linhas entre Barro Alto e Itapaci, no Vale do São Patrício. Já a Firminópolis opera 83 quilômetros de linhas que ligam os municípios de Trindade e Firminópolis.

CelgPar é leiloada por R$ 227 milhões

As ações da Companhia Celg Participações (CelgPar) foram leiloadas por R$ 227,3 milhões durante a sessão pública na sede da B3, bolsa de valores brasileira, em São Paulo, nesta sexta-feira (3). A arrecadação para o Governo de Goiás foi 16,8% maior ao preço mínimo estimado, que era de R$ 194,6 milhões.\nEmpresa de sociedade de economia mista e capital autorizado, a CelgPar tinha até então o Estado de Goiás como acionista majoritário e operava duas pequenas centrais hidrelétricas, além de quatro usinas fotovoltaicas. A negociação ocorreu mesmo em meio aos indícios de subavaliação apresentados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO).\nNo leilão, foram ofertados quatro lotes: 25% das ações ordinárias da Energética Corumbá III com mais 50% das ações preferenciais da mesma empresa, totalizando 37,5% do capital social completo da companhia. Venceu a Neoenergia com o lance de R$ 91,8 milhões.

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

STF define regras para altura mínima em cargos: exigência só vale se prevista em lei e alinhada ao Exército

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

SES realiza oitava captação de órgãos em Mato Grosso de 2025

A Central Estadual de Transplantes (CET), unidade administrada pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SES-MT), realizou, na tarde desta quinta-feira (2.10), a captação de um fígado no Hospital Estadual Santa Casa, em Cuiabá.

O procedimento começou às 12h18 e terminou às 14h56. As equipes captadoras vieram de Brasília (DF) e contaram com o suporte do Sistema Nacional de Transplantes (SNT) e das equipes da CET.

Esse foi a oitava captação de múltiplos órgãos de 2025 em Mato Grosso. Ao longo de 2024, foram realizadas 13 captações de múltiplos órgãos em Mato Grosso, sendo 22 rins, 10 fígados e 4 corações.

"A captação e o transplante de órgãos são serviços que demonstram a grandeza do Sistema Único de Saúde (SUS). Parabenizo o nobre gesto da família que aceitou doar esse órgão mesmo em um momento de dor. Essa é a chance de vida para alguém que precisa", disse o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo.

A secretária adjunta do Complexo Regulador, Fabiana Bardi, explicou que a gestão estadual trabalha junto às unidades captadoras para conscientizar os profissionais e as famílias dos possíveis doadores de órgãos.

"O Governo de Mato Grosso envida muitos esforços para preparar e conscientizar os profissionais sobre o processo de captação de órgãos, porque é necessário que todos sejam sensíveis na abordagem das famílias. Além disso, a SES retomou o transplante de rim no estado, o que é muito positivo para a população", avaliou.

A coordenadora da Central Estadual de Transplantes, Anita Ricarda da Silva, também enfatizou que o Estado investe em capacitações voltadas para os profissionais de unidades notificadoras.

"No ano de 2024, foram realizadas junto aos hospitais notificadores de Mato Grosso dez turmas. Neste ano de 2025, realizamos diversas capacitações durante o mês do Setembro Verde, voltado para a conscientização sobre o transplante de órgãos", afirmou.

Fonte: Governo MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Comitê Gestor do Siafic do TCE-MT debate governança contábil em primeira reunião

Crédito: Tony Ribeiro/TCE-MT Reunião do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) debateu, nesta sexta-feira (03), estratégias para garantir a eficiência e a consistência das informações enviadas ao Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

A reunião marcou o primeiro encontro do Comitê Gestor do Siafic, presidido pelo conselheiro Waldir Teis, e reuniu representantes de diferentes setores da instituição. Voltada à governança contábil dos municípios, a plataforma é oferecida gratuitamente pelo Tribunal, que, em 2024, capacitou gestores de Cuiabá e Várzea Grande para a utilização do sistema.

"O projeto do Tribunal de Contas visa a política de informática padrão para todos os municípios do estado, onde todos poderão estar numa plataforma única, cujo resultado é oportunizar a economia nos gastos com técnologia da informação, sendo que um sistema padrão atenderá as normas da Secretaria do Tesouro Nacional", explicou o conselheiro.

Vale destacar que a não adesão dos jurisdicionados, tanto do Executivo quanto do Legislativo, pode acarretar impedimentos como a suspensão de transferências voluntárias e a impossibilidade de contratar operações de crédito.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília

nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Crédito: Diego Castro/MPC-MT Conselheiro-relator, Valter Albano. Clique aqui para ampliar

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) emitiu, na sessão ordinária do Plenário Presencial realizada na última terça-feira (30), parecer prévio favorável às contas anuais de governo das Prefeituras de Porto Alegre do Norte e Campinápolis, referentes ao exercício de 2024. Ambos os processos foram relatados pelo conselheiro Valter Albano.

De acordo com o voto do relator, Porto Alegre apresentou superávit orçamentário de R$ 6,2 milhões e superávit financeiro de R$ 9,9 milhões, evidenciando suficiência financeira de R$ 3,12 para cada R$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

Com relação às despesas realizadas no ano base, o conselheiro avaliou que o município tem uma boa posição. "As despesas realizadas totalizaram R$ 98,5 milhões, desse total, quase 22% foram investimentos. E 34,65% de despesa com o pessoal e encargos. Na comparação das despesas realizadas com as autorizadas, constato a economia orçamentária de 2,8%."

O município também cumpriu os limites e percentuais constitucionais e legais, aplicando 25,07% em educação (mínimo de 25%), 99,83% na remuneração dos profissionais do magistério (mínimo de 70%) e 29,35% em saúde (mínimo de 15%). Já as despesas com pessoal corresponderam a 42,92%, bem abaixo do limite máximo de 54%.

Ao votar pelo parecer prévio favorável, o relator seguiu o parecer do Ministério Público de Contas de Mato Grosso (MPC-MT) e destacou o equilíbrio fiscal da gestão. "Concluo, assim, que o contexto macrofiscal e o cumprimento dos limites percentuais constitucionais e legais autorizam a aprovação dessas contas sem ressalvas", afirmou Albano. O voto foi acompanhado por unanimidade.

Campinápolis

Em relação a Campinápolis, o relator apontou superávit financeiro de R$ 3,5 milhões, correspondendo a suficiência financeira de R$ 1,38 para cada R$ 1 de obrigações de curto prazo, bem como economia orçamentária de 10,83%.

Quanto aos limites constitucionais, a gestão destinou 77,8% à remuneração do magistério, 33,59% à saúde e as despesas com pessoal representaram 52% da Receita Corrente Líquida, dentro do limite de 54%, cumprindo a regra. Com relação à educação, no entanto, o município aplicou 24,74%, ficando abaixo do mínimo de 25%. Diante disso, Albano emitiu recomendação à Prefeitura para que adote medidas que garantam o correto enquadramento das despesas na área, conforme a legislação vigente.

Frente ao exposto, o conselheiro votou pela emissão de parecer prévio favorável à aprovação das contas, divergindo

do parecer ministerial, justificando a aplicação de atenuantes previstas na Resolução Normativa 43. "No caso de Campinápolis, embora de fato tenham ocorrido irregularidades, para cada uma delas há respaldo normativo que autoriza a desconsideração em função das circunstâncias atenuantes", explicou.

Albano ressaltou ainda a necessidade de a gestão elaborar um plano de ação para sanar as falhas. "No contexto macrofiscal, é justo que as contas recebam parecer prévio favorável da parte do Tribunal de Contas para o exame político-institucional por parte da Câmara Municipal", concluiu. O voto também foi aprovado por unanimidade.

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

|O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561

Fonte: TCE MT - MT

Maluf debate eficiência na saúde durante Seminário Sustentabilidade do SUS, em Brasília

O conselheiro Guilherme Antonio Maluf coordenou reunião do Comitê Técnico de Saúde do IRB e do projeto Saúde da Atricon. Clique aqui para ampliar

O conselheiro do Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT), Guilherme Antonio Maluf, tratou sobre os desafios para a melhoria da saúde no Brasil, durante o Seminário Sustentabilidade do SUS. No evento, realizado em Brasília nos dias 29 e 30 de setembro, o presidente da Comissão Permanente de Saúde, Previdência e Assistência Social (COPSPAS) moderou debate sobre eficiência na gestão das unidades públicas.

"Estudamos temas sensíveis que vivemos hoje e os grandes desafios são políticas públicas eficientes e sustentáveis. Hoje, temos uma demanda alta, uma cobrança por desfechos mais eficientes, custos menores e dificuldades orçamentárias. Ou, por que não dizer, um desfinanciamento. O sistema de saúde, por falta de uma política mais determinante, vem sofrendo com falta de recursos", afirmou o conselheiro durante o evento.

Na sequência, a temática foi aprofundada pelo professor da FGV e diretor de Pesquisa do IEPS, Rudi Rocha; pela diretora do Cuidado Público e Sistema de Saúde do Hospital Israelita Albert Einstein, Luciana Borges; pela gerente de fiscalização do Eixo Social do TCE/GO, Gabriela de Souza Figueiredo, e pela diretora geral do Hospital do Subúrbio Lícia Maria Cavalcanti Silva.

Maluf também coordenou a reunião do Comitê Técnico de Saúde do Instituto Rui Barbosa (IRB) e do projeto Saúde da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Na ocasião, apontou que uma das prioridades para 2026 é a realização de um levantamento nacional sobre os sistemas de informação em saúde utilizados por estados e municípios.

Para o conselheiro, o trabalho é fundamental para o avanço de temas como digitalização e inteligência artificial na gestão do SUS. "É preciso investir desde a capacitação, a equipamento. O intuito é tentar uniformizar o sistema de informática nacional. Lógico que isso não se faz de uma hora para outra, mas não pode haver descontinuidade", pontuou.

O Seminário Sustentabilidade do SUS foi promovido em conjunto pelo Instituto Brasileiro das Organizações Sociais de Saúde (IBROSS), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems), o Tribunal de Contas da União (TCU), o Ministério da Saúde (MS), o Instituto Rui Barbosa (IRB) e o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass).

Secretaria de Comunicação/TCE-MT

E-mail:

Telefone: 3613-7561